



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Processo n. 122.561/09

CONTRATO N. 2009/266.1

PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO
CELEBRADO ENTRE A CÂMARA DOS
DEPUTADOS E A IOS -
INFORMÁTICA, ORGANIZAÇÃO E
SISTEMAS S.A., PARA
FORNECIMENTO DE MÃO-DE-OBRA
PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE
APOIO À ATIVIDADE DE
TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
PARA A CÂMARA DOS DEPUTADOS.

Aos doze dias do mês de abril de dois mil e dez, a CÂMARA DOS DEPUTADOS, situada na Praça dos Três Poderes, nesta Capital, inscrita no CNPJ sob o n. 00.530.352/0001-59, daqui por diante denominada CONTRATANTE, e neste ato representada por seu Diretor-Geral, o senhor SÉRGIO SAMPAIO CONTREIRAS DE ALMEIDA, brasileiro, casado, residente e domiciliado em Brasília-DF, e a IOS - INFORMÁTICA, ORGANIZAÇÃO E SISTEMAS S.A., situada no Centro Empresarial Brasília Shopping, SCN Quadra 05, Bloco A, Sala 1001, Brasília-DF, inscrita no CNPJ sob o n. 38.056.404/0001-70, daqui por diante denominada CONTRATADA, e neste ato representada por seu Diretor, o senhor ANDRÉ LUIZ ESCANDURA, brasileiro, empresário, casado, residente e domiciliado em São Paulo-SP, perante as testemunhas que este subscrevem, acordam em celebrar o presente Aditivo, em conformidade com o processo em referência, com as disposições contidas na Lei n. 8.666, de 21/6/1993, e alterações posteriores, doravante denominada simplesmente LEI, no Regulamento dos Procedimentos Licitatórios da Câmara dos Deputados, aprovado pelo Ato da Mesa n. 80, de 7/6/01, publicado no D.O.U. de 5/7/01, doravante denominado simplesmente REGULAMENTO, com a Lei n. 10.520, de 17/7/02, e com o Edital do Pregão Eletrônico n. 109/09 e seus Anexos, observadas as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

O presente aditivo decorre da atualização do valor do ticket refeição/alimentação, de R\$15,00 para R\$20,00, conforme autorização da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, com efeitos a partir de 1º/1/10.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Este instrumento atualiza, ainda, o seguinte:

- a) Salários das categorias, tendo em vista o reajuste salarial de 5,72% (cinco inteiros e setenta e dois centésimos por cento), concedido em Convenção Coletiva de Trabalho celebrada pelos sindicatos representativos das categorias profissionais, com efeitos financeiros a partir de 1/5/09;
- b) O valor do item “Treinamento”, correspondente a 1% da remuneração;
- c) O valor do item “Repasse para a Escola de Formação dos Trabalhadores em Informática – EFTI”, correspondente a 1% do valor da remuneração.

O Contrato ora aditado, com sua numeração alterada para 2009/266.1, passa a vigorar com sua redação modificada nas seguintes cláusulas:

“

CLÁUSULA SEGUNDA - DA ESPECIFICAÇÃO E DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços objeto do presente Contrato deverão ser executados com rigorosa observância ao disposto no Edital do Pregão Eletrônico n. 109/09, em especial no seu Anexo n. 2 – Caderno de Especificações.

Parágrafo primeiro – A CONTRATADA deverá manter à disposição da CONTRATANTE quadro de pessoal que atenda às exigências editalícias, com as seguintes quantidades e remuneração por categoria:

Categoria	Qtde.	Remuneração Individual
Documentador Operador de Microinformática Júnior	29	1.000,03
Documentador Operador de Microinformática Pleno	17	2.028,63
Documentador Operador de Microinformática Sênior	18	2.357,21
Instalador de Cabeamento	10	1.185,74
Técnico de Apoio ao Desenvolvimento Júnior	5	2.714,35
Técnico de Apoio ao Desenvolvimento Pleno	13	3.857,24
Técnico de Apoio ao Desenvolvimento Sênior	32	5.000,12
Técnico de Atendimento ao Cliente	6	3.285,79
Técnico de Atendimento Júnior	33	2.357,21
Técnico de Atendimento Sênior	2	2.714,35



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Categoria	Qtde.	Remuneração Individual
Técnico de Infra-Estrutura de TI – Nível I	9	2.357,21
Técnico de Infra-Estrutura de TI – Nível II	6	2.982,71
Técnico de Infra-Estrutura de TI – Nível III	10	3.579,25
Técnico de Infra-Estrutura de TI – Nível IV	3	5.000,12
Técnico de Microinformática Júnior	53	2.357,21
Técnico de Microinformática Sênior	10	2.714,35
Técnico de Operação de Computadores	5	2.028,63
Técnico de Painel de Votação Pleno	3	3.285,79
TOTAL	264	-

Parágrafo segundo – Os salários fixados correspondem ao mês de maio de 2009, devendo possíveis reajustes obedecer à política salarial vigente das categorias, sendo que a entidade de classe considerada pela Câmara dos Deputados como legítima representante da categoria profissional é o Sindicato dos Trabalhadores de Empresas e Órgãos Públicos e Privados de Processamento de Dados, Serviços de Informática, Similares e Profissionais de Processamento de Dados do Distrito Federal – SINDPD-DF.

.....

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Constituem obrigações da CONTRATADA, além de outras que vierem a ser estabelecidas em caráter complementar, desde que se façam necessárias para a boa execução dos serviços, aquelas enunciadas no Edital do Pregão Eletrônico n. 109/09 e em seus Anexos.

Parágrafo primeiro – Todas as obrigações trabalhistas, inclusive aquelas relativas ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e à Previdência Social, são de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA, como única empregadora da mão-de-obra utilizada para os fins estabelecidos no presente Contrato.

Parágrafo segundo – A CONTRATADA responderá integral e exclusivamente por eventuais reclamações trabalhistas de seu pessoal, mesmo na hipótese de ser a UNIÃO (Câmara dos Deputados) acionada diretamente como co-Reclamada.

Parágrafo terceiro – A CONTRATADA fica obrigada a apresentar à CONTRATANTE, sempre que expire o prazo de validade, a Certidão Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros, o



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União.

Parágrafo quarto – A não apresentação das certidões e do certificado, na forma mencionada no parágrafo anterior, implicará o descumprimento de cláusula contratual, podendo, inclusive, ensejar a rescisão deste contrato, nos termos do disposto no artigo 78 da LEI, correspondente ao artigo 126 do REGULAMENTO.

Parágrafo quinto – A CONTRATADA está obrigada a pagar os salários dos empregados até o 5º (quinto) dia útil do mês posterior ao da prestação dos serviços, em horário bancário.

Parágrafo sexto – Além dos salários fixados, a CONTRATADA ficará obrigada a fornecer até o 5º (quinto) dia útil do mês em referência:

- a) auxílio-alimentação, correspondente a 26 (vinte e seis) dias por mês, para a categoria de Técnico de Operação de Computadores, e a 22 (vinte e dois) dias por mês para as demais categorias, cujo valor está fixado em R\$20,00 (vinte reais);
- b) auxílio-transporte, correspondente a 26 (vinte e seis) dias por mês, para a categoria de Técnico de Operação de Computadores, e a 22 (vinte e dois) dias por mês para as demais categorias, de sorte a assegurar o deslocamento diário do empregado no percurso residência/local de trabalho/residência.

Parágrafo sétimo – O valor do auxílio-alimentação deverá ser integralmente repassado aos empregados.

Parágrafo oitavo – Fica a critério da CONTRATADA proceder às deduções legalmente permitidas na concessão do auxílio-transporte.

Parágrafo nono – A CONTRATADA deverá manter o quantitativo de pessoal estabelecido no parágrafo primeiro da Cláusula Segunda deste Contrato, em caso de licença, faltas ou férias de qualquer empregado.

Parágrafo décimo – A prestação dos serviços deverá ser realizada dentro dos horários descritos no Título 4 do Anexo n. 2 ao Edital do Pregão Eletrônico n. 109/09, observada, ainda, a orientação do órgão fiscalizador.

Parágrafo décimo primeiro – Se for necessário, e a critério da CONTRATANTE, poderá ser solicitada a execução dos serviços em dias e horários distintos ao estabelecido, desde que a CONTRATADA seja previamente notificada, caso em que o serviço extraordinário será preferencialmente, alvo da compensação de jornada prevista nos dispositivos normativos pertinentes – artigo 59, §2º da Consolidação das Leis do Trabalho e



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Conveção Coletiva – admitido o pagamento somente em hipóteses excepcionais e devidamente justificadas pelo órgão fiscalizador.

Parágrafo décimo segundo – A CONTRATADA assumirá inteira responsabilidade por danos ou desvios eventualmente causados ao patrimônio da Câmara dos Deputados ou de terceiros por ação ou omissão de seus empregados ou prepostos, na área de prestação dos serviços, mesmo que fora do exercício das atribuições previstas no contrato.

Parágrafo décimo terceiro – Os empregados da CONTRATADA, por esta alocados na execução dos serviços, embora sujeitos às normas disciplinares ou convencionais da Casa, não terão com ela qualquer vínculo empregatício.

Parágrafo décimo quarto – Obriga-se a CONTRATADA, em face do risco jurídico do seu negócio, a reembolsar a Câmara dos Deputados por todas as despesas decorrentes de eventual reconhecimento judicial de subsidiariedade ou solidariedade trabalhistas ou previdenciária da CONTRATANTE, em face do descumprimento pela CONTRATADA de obrigações de tal natureza.

Parágrafo décimo quinto – É vedada a subcontratação de empresa para o fornecimento da mão-de-obra objeto deste Contrato.

Parágrafo décimo sexto – É proibida a veiculação de publicidade pela CONTRATADA acerca do serviço objeto do presente Contrato.

Parágrafo décimo sétimo – A CONTRATADA fica obrigada a manter, durante toda a execução contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas no momento da licitação.

CLÁUSULA SEXTA – DO PREÇO E DO PAGAMENTO

O preço total do presente Contrato é de R\$18.074.306,33 (dezoito milhões, setenta e quatro mil, trezentos e seis reais e trinta e três centavos), a ser pago em parcelas mensais, de acordo com a seguinte composição:

a) de 1º/12/09 a 31/12/09

MONTANTE “A”

1. Remuneração	R\$	706.405,60
2. Adicionais previstos em lei	R\$	644,10
3. Encargos Sociais (55,11%)	R\$	389.655,09
4. Subtotal Montante “A” (1 + 2 + 3)	R\$	1.096.704,79



CÂMARA DOS DEPUTADOS

MONTANTE “B”

5. Grupo 1 do Montante “B”	R\$ 119.452,73
- auxílio-alimentação	R\$ 92.373,80
- auxílio-transporte	R\$ 3.338,73
- treinamento	R\$ 7.070,49
- uniforme	R\$ 681,33
- convenção – auxílio funeral	R\$ 122,64
- convenção – assistência médico-hospitalar	R\$ 8.795,25
- convenção – contribuição EFTI	R\$ 7.070,49
6. Subtotal do Mont. “A” + Grupo 1 do Mont. “B” (4 + 5)	R\$ 1.216.157,52
7. Grupo 2 – Taxa de Administração (14,30%)	R\$ 173.910,52

PREÇO TOTAL MENSAL (6 + 7) R\$ 1.390.068,04

b) de 1º/1/10 a 30/11/10

MONTANTE “A”

1. Remuneração	R\$ 706.405,60
2. Adicionais previstos em lei	R\$ 644,10
3. Encargos Sociais (55,11%)	R\$ 389.655,09
4. Subtotal Montante “A” (1 + 2 + 3)	R\$ 1.096.704,79

MONTANTE “B”

5. Grupo 1 do Montante “B”	R\$ 143.638,93
- auxílio-alimentação	R\$ 116.560,00
- auxílio-transporte	R\$ 3.338,73
- treinamento	R\$ 7.070,49
- uniforme	R\$ 681,33
- convenção – auxílio funeral	R\$ 122,64
- convenção – assistência médico-hospitalar	R\$ 8.795,25
- convenção – contribuição EFTI	R\$ 7.070,49
6. Subtotal do Mont. “A” + Grupo 1 do Mont. “B” (4 + 5)	R\$ 1.240.343,72
7. Grupo 2 – Taxa de Administração (14,30%)	R\$ 177.369,15

PREÇO TOTAL MENSAL (6 + 7) R\$ 1.417.712,87



CÂMARA DOS DEPUTADOS

8. Despesas com 13º salário R\$ 1.089.396,72

PREÇO GLOBAL R\$18.074.306,33

[(preço total mensal período 1º/12/09 a 31/12/09) + preço total mensal período 1º/1/10 a 30/11/10) + despesas com 13º salário]

Parágrafo primeiro – Em relação às despesas com 13º salário, previstas nesta Cláusula, deverão ser observadas as condições previstas no subitem 3.1.3 do Anexo n. 1 ao Edital do Pregão Eletrônico n. 109/09.

Parágrafo segundo – O pagamento dos serviços executados pela CONTRATADA e aceitos definitivamente pela CONTRATANTE será efetuado em parcelas mensais, não se admitindo o pagamento antecipado sob qualquer pretexto.

Parágrafo terceiro – As faltas ao serviço do pessoal que executará os serviços à CONTRATANTE, a serem apontadas pelo órgão fiscalizador, desde que a CONTRATADA não tenha promovido as devidas substituições, serão descontadas das parcelas mensais, sem prejuízo da aplicação de sanções administrativas, nos termos definidos no Anexo n. 6 ao Edital do Pregão Eletrônico n. 109/09.

Parágrafo quarto – O pagamento de cada parcela será feito por meio de depósito em conta corrente da CONTRATADA, em agência bancária indicada, mediante a apresentação, em duas vias, de nota fiscal/fatura discriminada, emitida no mês subsequente ao da prestação dos serviços, para ateste pelo órgão fiscalizador.

Parágrafo quinto – A primeira nota fiscal/fatura a ser apresentada terá como período de referência o dia de início da prestação dos serviços e o último dia desse mês. As notas fiscais/faturas subsequentes terão como referência o período compreendido entre o dia primeiro e o último dia de cada mês.

Parágrafo sexto – O pagamento será feito com prazo não superior a 30 (trinta) dias, contado do ateste do órgão fiscalizador e estará condicionado à apresentação dos seguintes documentos:

- a) prova da quitação da folha de pagamento específica do contrato, dos valores referentes tanto à remuneração mensal quanto ao 13º salário, contendo as informações exigidas no Título 3 do Anexo n. 7 ao Edital do Pregão Eletrônico n. 109/09, fornecida em meio eletrônico e no formato de arquivo a ser definido;
- b) comprovação emitida pelo órgão gestor do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço do recolhimento individualizado específico do



- contrato, por empregado, do mês anterior ao da prestação dos serviços;
- c) cópia com autenticação bancária da Guia de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social (GFIP), específica do contrato, acompanhada da relação dos trabalhadores constantes do arquivo SEFIP, referente ao mês anterior ao da emissão da nota fiscal/fatura;
 - d) espelho da folha de pagamento específica do contrato, bem como espelho de substituições e rescisões, a serem elaborados em conformidade com o modelo apresentado no Título 1 do Anexo n. 7 ao Edital do Pregão Eletrônico n. 109/09, fornecido em meio eletrônico e no formato de arquivo a ser definido;
 - e) comprovantes específicos do fornecimento de auxílio-transporte e auxílio-alimentação referentes ao contrato;
 - f) quando do pagamento da verba do 13º salário, espelho das informações a ser elaborado em conformidade com o modelo apresentado no Título 2 do Anexo n. 7 ao Edital do Pregão Eletrônico n. 109/09, fornecido em meio eletrônico e no formato de arquivo a ser definido;
 - g) Certidão Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros e Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), que deverão ter sempre os respectivos prazos de validade atualizados;
 - h) Comprovante de recolhimento da contribuição previdenciária, imposto de renda, se for o caso, e demais encargos decorrentes de relações trabalhistas relativas ao pessoal contratado como trabalhador temporário ou como prestador de serviço autônomo.

Parágrafo sétimo – O formato dos arquivos a serem fornecidos pela CONTRATADA, referidos nas alíneas “a”, “d” e “f” do parágrafo anterior, será definido pelo Centro de Informática em conjunto com o Departamento de Material e Patrimônio da CONTRATANTE.

Parágrafo oitavo – Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pela CONTRATANTE, entre a data referida no parágrafo sexto desta Cláusula e a correspondente ao efetivo pagamento da nota fiscal/fatura, a serem incluídos na fatura do mês seguinte ao da ocorrência, serão calculados por meio da aplicação da fórmula constante do subitem 14.2.3 do Edital do Pregão Eletrônico n. 109/09.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Parágrafo nono – A não observância dos prazos legais para pagamento mensal dos salários e do 13º salário do pessoal que executará os serviços na CONTRATANTE sujeitará a CONTRATADA às penalidades previstas no Anexo n. 6 ao Edital do Pregão Eletrônico n. 109/09.

Parágrafo décimo – A instituição bancária, a agência e a conta corrente deverão estar indicados na nota fiscal/fatura.

Parágrafo décimo primeiro – Para liberação das faturas, a CONTRATANTE levará em consideração o cumprimento de todas as cláusulas contratuais.

Parágrafo décimo segundo – Quando aplicável, o pagamento efetuado pela Câmara dos Deputados estará sujeito às retenções de que tratam o art. 31 da Lei n. 8.212, de 1991, com a redação dada pela Lei n. 9.711, de 1998 e n. 11.933 de 2009, além das previstas no artigo 64 da Lei n. 9.430 de 1996 e demais dispositivos legais que obriguem a retenção de tributos.

Parágrafo décimo terceiro – Estando a CONTRATADA isenta das retenções referidas no parágrafo anterior, a comprovação deverá ser anexada à respectiva nota fiscal/fatura.

.....

CLÁUSULA OITAVA – DA GARANTIA

Para segurança do cumprimento de suas obrigações, a CONTRATADA prestará garantia de R\$903.715,31 (novecentos e três mil, setecentos e quinze reais e trinta e um centavos), correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do Contrato, em conformidade com o disposto no artigo 56 da LEI, c/c o artigo 93 do REGULAMENTO, e nos termos do Título 12 do Edital do Pregão Eletrônico n. 109/09.

Parágrafo único – A garantia referida no *caput* desta Cláusula será prestada no prazo de até 15 (quinze) dias após a assinatura do contrato e só poderá ser levantada ao final da vigência contratual.

..... ”

Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições vigentes que não tenham sido expressamente modificadas pelo presente Aditivo.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

E por estarem assim de acordo, as partes assinam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito, com 10 (dez) folhas cada, na presença das testemunhas abaixo indicadas.

Brasília, 12 de abril de 2010.

Pela CONTRATANTE:

Pela CONTRATADA:

Sérgio Sampaio C. de Almeida
Diretor-Geral
CPF n. 358.677.601-20

André Luiz Escandura
Diretor
CPF n. 065.606.088-32

Testemunhas: 1) _____
 2) _____

CCONT/JJ